

1ª QUESTÃO**MÚLTIPLA ESCOLHA**

8,000 pontos distribuídos em 50 itens

Marque no cartão de respostas, anexo, a única alternativa que responde de maneira correta ao pedido de cada item:

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

1. Várias são as conclusões a que podemos chegar quando estudamos as normas e os preceitos da Contabilidade aplicada à Administração Pública. Dentre elas é correto afirmar:

- (A) no grupo Ativo Compensado é feito o controle da solicitação, aprovação e recebimento de recursos financeiros relativos ao orçamento público e à execução extra-orçamentária.
- (B) a Dívida Ativa é registrada no grupo Ativo Realizável a Longo Prazo e sua arrecadação é classificada como Receitas de Capital.
- (C) as mutações ativas são decorrentes da execução da receita orçamentária.
- (D) a inscrição em Restos a Pagar terá validade apenas até 31 de dezembro do ano subsequente, embora sua prescrição só ocorra após cinco anos.
- (E) o cálculo da depreciação é necessário para efeito de apuração do saldo patrimonial das entidades da administração direta.

2. Após o levantamento do Balanço Patrimonial, determinada Unidade Gestora apresentou os seguintes valores contábeis:

| | |
|--------------------------------|---------------|
| Passivo Real a Descoberto..... | R\$ 300,00 |
| Passivo Real..... | R\$ 23.700,00 |
| Passivo Financeiro..... | R\$ 5.700,00 |
| Passivo Compensado..... | R\$ 4.200,00 |

Sabendo-se que esse mesmo balanço demonstrou um superávit financeiro de R\$ 900,00, podemos afirmar que o Ativo Permanente demonstrado tem o valor de:

- (A) R\$ 16.800,00.
- (B) R\$ 18.000,00.
- (C) R\$ 23.400,00.
- (D) R\$ 23.700,00.
- (E) R\$ 27.900,00.

3. São estágios básicos da despesa orçamentária:

- (A) previsão, lançamento e recolhimento.
- (B) programação, empenho e pagamento.
- (C) empenho, liquidação e pagamento.
- (D) empenho, liquidação e recolhimento.
- (E) empenho, liquidação e suprimento.

4. Em atendimento aos objetivos da atividade de auditoria, o Auditor deverá realizar, na extensão julgada necessária, os testes ou provas adequados nas circunstâncias, para obter elementos para sustentar a emissão de seu parecer, que possam permitir chegar a um grau razoável de convencimento da realidade dos fatos e situações observados, da veracidade da documentação examinada, da consistência da contabilização dos fatos e fidedignidade das informações e registros gerenciais para fundamentar, solidamente, sua opinião qualitativamente aceitável que fundamente, de forma objetiva, suas recomendações e conclusões. A validade do seu julgamento depende, portanto, diretamente da qualidade das suas:
- (A) evidências.
 - (B) amostragens.
 - (C) técnicas de Auditoria.
 - (D) conclusões objetivas, coerentes com o assunto focado, e ressalvas oportunas condizentes com os itens que expressam claramente o erro ou impropriedade detectada.
 - (E) avaliações acerca da extensão das providências adotadas pelo órgão/entidade.
5. Segundo os preceitos da contabilidade pública, a aquisição de um bem, à vista, com recursos orçamentários:
- (A) gera uma interferência ativa como forma de possibilitar o controle da execução orçamentária.
 - (B) gera uma mutação passiva que será levada ao resultado do exercício.
 - (C) gera uma interferência passiva destinada a controlar o desembolso de recursos financeiros.
 - (D) não gera lançamentos em contas de mutações e interferências, por se tratar de um fato permutativo.
 - (E) gera uma mutação ativa que objetiva compensar o lançamento da despesa.
6. Acerca dos créditos adicionais, é correto afirmar:
- (A) aumentam a receita pública do exercício.
 - (B) classificam-se em complementares, especiais ou extraordinários.
 - (C) os créditos especiais apenas podem amparar programas de trabalho que já figurem no orçamento.
 - (D) podem apenas ser abertos com prévia e expressa autorização legislativa, mediante Decreto Presidencial.
 - (E) a vigência dos créditos extraordinários pode se estender até 31 de dezembro do exercício subsequente, caso sua abertura tenha se dado nos últimos quatro meses do ano.
7. De acordo com os preceitos da Contabilidade Pública adotada em nosso país, os restos a pagar, os débitos de tesouraria, a dívida fundada interna e o resultado acumulado pertencem, respectivamente, aos seguintes grupos:
- (A) passivo financeiro, passivo financeiro, passivo não financeiro e patrimônio líquido.
 - (B) passivo não financeiro, passivo não financeiro, passivo financeiro e patrimônio líquido.
 - (C) passivo financeiro, passivo não financeiro, passivo não financeiro e patrimônio líquido.
 - (D) passivo não financeiro, passivo financeiro, passivo financeiro e passivo financeiro.
 - (E) passivo financeiro, passivo não financeiro, passivo não financeiro e passivo financeiro.
-

8. Constituem Restos a Pagar Processados as despesas empenhadas:
- (A) realizadas e pagas no exercício.
 - (B) e não pagas no exercício.
 - (C) e liquidadas no exercício.
 - (D) em exercícios anteriores.
 - (E) liquidadas e não pagas no exercício.
9. Observando os princípios orçamentários estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e legislação afim, assinale a alternativa correta.
- (A) O princípio da unidade é flagrantemente desobedecido, haja vista a existência de múltiplos orçamentos elaborados de forma independente, como o orçamento monetário.
 - (B) A existência do orçamento plurianual de investimentos não fere o princípio da anualidade.
 - (C) No Brasil, a anualidade do orçamento não foi consagrada nos dispositivos constitucionais, fazendo parte somente do texto da Lei nº 4.320 / 64.
 - (D) A Constituição Federal brasileira criou a possibilidade de vinculação de receitas como regra geral, desconsiderando o princípio da não-afetação das receitas.
 - (E) Os orçamentos públicos, ao cumprir múltiplas funções – algumas não técnicas – devem ser apresentados em linguagem clara e compreensível a todos os possíveis usuários das informações neles contidas.
10. No Balanço Financeiro, os Restos a Pagar do exercício serão computados na:
- (A) receita orçamentária, para garantir recursos para o seu pagamento no exercício seguinte.
 - (B) receita extra-orçamentária, por se tratar de despesa paga e cujos bens ou serviços ainda não foram recebidos.
 - (C) receita extra-orçamentária, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.
 - (D) despesa extra-orçamentária, para compensar sua inclusão na receita orçamentária.
 - (E) receita orçamentária, por se tratar de despesa ainda não paga.
11. O Plano de Contas da administração pública deve ser estruturado em sistemas de contas com o objetivo de facilitar a elaboração dos balanços e demonstrações previstas na Lei nº 4.320 / 64. Nesse sentido, a celebração de um contrato de prestação de serviços, em que a administração é a contratante, provoca lançamentos no(s) seguinte(s) sistema(s):
- (A) de compensação.
 - (B) financeiro e patrimonial.
 - (C) orçamentário, financeiro e de compensação.
 - (D) orçamentário, financeiro e patrimonial.
 - (E) financeiro.
12. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna da sentença abaixo.
- Acerca da contabilização das operações de uma unidade da administração pública, é correto afirmar que o (a) _____ refere-se a um fato permutativo.
- (A) empenho da despesa.
 - (B) liquidação de despesa com pessoal e encargos.
 - (C) arrecadação de receita tributária.
 - (D) liquidação de despesa com aquisição de bens móveis.
 - (E) anulação de empenho.
-

13. O princípio que estabelece a obrigatoriedade de inclusão de todas as receitas e despesas, tanto na elaboração como na execução dos orçamentos, é denominado:
- (A) universalidade.
 - (B) unidade.
 - (C) anualidade.
 - (D) especificação ou programação.
 - (E) exclusividade.
14. Os créditos adicionais que dependem de prévia autorização legislativa e de indicação de recursos disponíveis para sua cobertura são:
- (A) suplementares e extraordinários.
 - (B) especiais e extraordinários.
 - (C) suplementares.
 - (D) suplementares e especiais.
 - (E) suplementares, especiais e extraordinários.
15. O Patrimônio Líquido divide-se em:
- (A) Investimentos, Reservas de Capital, Reservas de Lucros e Lucros ou Prejuízos Acumulados.
 - (B) Capital Social, Reservas de Capital, Reservas de Reavaliação, Reservas de Lucros e Lucros ou Prejuízos Acumulados.
 - (C) Capital Social, Reservas de Capital, Reservas de Reavaliação e de Lucros de Exercícios Futuros.
 - (D) Reservas de Capital, Capital Social, Reservas de Lucros e Investimentos Acumulados.
 - (E) Aplicações Financeiras, Capital Social e Lucro.
16. Assinale a alternativa em que todas as contas são retificadoras.
- (A) Amortização Acumulada, Prêmios de Seguros e Máquinas.
 - (B) Depreciação, Diferido e Ajuste a Valor Presente.
 - (C) Amortização, Depreciação e Exaustão Acumuladas.
 - (D) Depreciação, Prêmios de Seguros e Provisões.
 - (E) Provisão para devedores duvidosos, Duplicatas descontadas e Aplicações Financeiras.
17. Sobre o Balancete de Verificação, é correto afirmar:
- (A) figuram todas as contas com saldo devedor e credor respectivamente.
 - (B) figuram somente as contas patrimoniais.
 - (C) é extraído das contas do Livro Caixa.
 - (D) figuram somente as contas de resultado.
 - (E) figuram somente as contas com saldos retificadores.
18. Constitui um fato contábil misto diminutivo:
- (A) renovação de uma dívida com acréscimo de juros e correção monetária.
 - (B) resgate de uma obrigação com desconto.
 - (C) atualização do valor de um débito em decorrência de variação cambial.
 - (D) venda de um bem de uso pelo seu valor líquido contábil.
 - (E) recebimento de juros e descontos.

19. Pertence ao Passivo Circulante ou Passivo Exigível a Longo Prazo, a conta:

- (A) Clientes.
- (B) Reserva Legal.
- (C) Adiantamentos de Clientes.
- (D) Adiantamentos a Fornecedores.
- (E) Lucro Acumulado.

20. Do ponto de vista da Contabilidade Pública, na classificação da despesa orçamentária, analise as afirmativas abaixo e, a seguir, assinale a alternativa que possui os parâmetros excludentes, tomados em conjunto, para a identificação do material permanente.

- I. Durabilidade – quando o material em uso normal perde ou tem reduzido as suas condições de funcionamento, no prazo máximo de quatro anos.
- II. Fragilidade – cuja estrutura esteja sujeita à modificação, por ser quebradiço ou deformável, caracterizando-se pela irrecuperabilidade e ou perda de sua identidade.
- III. Percibilidade – quando sujeito a modificações químicas ou físicas ou que se deteriora e perde sua característica normal de uso.
- IV. Incorporabilidade – quando destinado à incorporação a outro bem, mesmo que podendo ser retirado sem prejuízo das características do principal.
- V. Transformabilidade – quando adquirido para fim de transformação.

- (A) Somente a II, III e a V estão corretas.
- (B) Somente a I, IV e a V estão corretas.
- (C) Somente a II, IV e a V estão corretas.
- (D) Somente a II, III, e a IV estão corretas.
- (E) Somente a I, III e a V estão corretas.

21. Sobre as características do processo orçamentário público no Brasil, analise as afirmativas abaixo e, a seguir, assinale a alternativa correta.

- I. A total autonomia na elaboração para cada ente federativo.
- II. A utilização de indicadores de desempenho associados aos programas.
- III. É subordinado ao princípio da universalidade.
- IV. Metodologicamente, caracteriza-se como um orçamento tradicional ou unidimensional.
- V. Possui uma crescente transparência.

- (A) Somente a II, III e a V estão corretas.
- (B) Somente a III, IV e a V estão corretas.
- (C) Somente a I, II e a IV estão corretas.
- (D) Somente a I, II e a III estão corretas.
- (E) Somente a I, III e a V estão corretas.

22. Em contabilidade Pública as Contas de Interferência são:

- (A) transferências correntes.
- (B) transferências de capital.
- (C) transferências patrimoniais e transferências financeiras.
- (D) variações patrimoniais ativas.
- (E) contas de resultado.

- 23.** Dentre as fontes de recursos que podem ser utilizadas para abertura de créditos adicionais, destaca-se o superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior. Identifique a alternativa correta quanto ao tratamento dado ao superávit financeiro no Balanço Orçamentário.
- (A) Deverá ser destacado em conta específica de receita extra-orçamentária, após o cálculo do resultado orçamentário, posto que se trata de recursos que não foram previstos na lei orçamentária.
 - (B) É adicionado no lado das despesas do Balanço Orçamentário, já que possibilita a abertura de crédito adicionais, sem inclusão de valor equivalente no lado das receitas do Balanço Orçamentário, o que provoca normalmente déficits.
 - (C) Poderá estar representado por contas de receitas orçamentárias, denominadas saldos de exercícios anteriores, de modo a equilibrar o Balanço Orçamentário, posto que os créditos adicionais deverão aparecer no lado das despesas orçamentárias.
 - (D) Não será considerado receita orçamentária para efeito de classificação dentre as receitas previstas na lei orçamentária, porém deverá ser lançado no Balanço Orçamentário para equilibrar com os créditos adicionais abertos à conta desses recursos.
 - (E) Deverá ser destacado em conta específica de despesa extra-orçamentária, após o cálculo do resultado orçamentário, posto que se trata de recursos que não foram previstos na lei orçamentária.
- 24.** A receita bruta de vendas de bens e serviços, os abatimentos incondicionais concedidos e os impostos incidentes sobre as vendas são demonstrados no (na):
- (A) Balanço Patrimonial.
 - (B) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.
 - (C) Demonstração do Resultado do Exercício.
 - (D) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
 - (E) Fluxo de Caixa.
- 25.** Sobre os conceitos relativos às receitas públicas, analise as afirmativas abaixo e, a seguir, assinale a alternativa correta.
- I. No Brasil, as receitas lançadas, mesmo que ainda não arrecadadas no exercício, serão consideradas como auferidas nesse exercício, passando a constituir ativos a serem cobrados em anos posteriores.
 - II. Caracterizam-se como receitas derivadas aquelas que provêm da exploração do patrimônio da pessoa jurídica de direito público.
 - III. As receitas públicas caracterizam-se, em sentido amplo, como um ingresso de recursos ao patrimônio público, resultante do poder do Estado de exigir impostos dos cidadãos para custeamento das necessidades públicas.
 - IV. Deverão ser integralmente previstas na Lei do Orçamento, em especial as receitas decorrentes de operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e quaisquer entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiros.
 - V. Podem caracterizar-se como arrecadação de valores que, em princípio, não pertencem ao Estado, sendo, nesse caso, denominadas receitas acessórias.
- (A) Somente a III, IV e a V estão corretas.
 - (B) Somente a II, IV e a V estão corretas.
 - (C) Somente a I, III e a IV estão corretas.
 - (D) Somente a I, II e a V estão corretas.
-

(E) Todas estão incorretas.

26. Analisando o que dispõe o Art. 35 da Lei nº 4.320 / 64, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. Com base nesta legislação, assinale a alternativa correta.

- (A) Em relação às receitas, aplica-se o Princípio Contábil da Competência, registrando-as necessariamente no exercício da ocorrência de seus fatos geradores.
- (B) Em relação às despesas, aplica-se o Regime de Caixa.
- (C) A emissão de “pré-empenho” reduz a dotação correspondente à despesa mas não a vincula obrigatoriamente ao exercício em que o pré-empenho é realizado.
- (D) Fica caracterizado, com a aplicação do artigo em epígrafe, o regime múltiplo para receitas e despesas na Contabilidade Pública no Brasil.
- (E) Adota-se o regime de caixa para despesas e de competência para receitas.

27. Com base no quadro abaixo, que apresenta sinteticamente, um balanço orçamentário de órgão da administração pública do governo federal, assinale a alternativa correta.

| | |
|---|--|
| Receitas CorrentesR\$ 220,00 | Despesas CorrenteR\$ 180,00 |
| | Pessoal e Encargos Sociais.....R\$ 55,00 |
| | Juros e Encargos da Dívida..... R\$ 100,00 |
| | Outras.....R\$ 25,00 |
| Receita de CapitalR\$ 110,00 | Despesa de CapitalR\$ 150,00 |
| Operações de Crédito.....R\$ 80,00 | Investimentos.....R\$ 10,00 |
| Alienação de Bens.....R\$ 30,00 | Inversões Financeiras.....R\$ 30,00 |
| | Amortização da Dívida.....R\$ 110,00 |
| TotalR\$ 330,00 | TotalR\$ 330,00 |

- (A) O Órgão apresentou déficit no orçamento corrente.
- (B) O Órgão apresentou resultado global superavitário.
- (C) O total das receitas correntes não foi suficiente para pagar o serviço da dívida no exercício.
- (D) O Órgão está contribuindo para aumentar o endividamento da União.
- (E) O Órgão, no decorrer do exercício representado no demonstrativo, se desfez de parte de seu patrimônio.

28. Analisando o balanço patrimonial nos termos da Lei nº 4.320 / 64, podemos afirmar:

- (A) o ativo real deduzido do passivo real é igual à substituição líquida ativa quando o ativo real for menor que o passivo real.
- (B) o passivo real a descoberto é representado pela diferença negativa entre o ativo real e o passivo real.
- (C) o ativo real será igual ao passivo real quando o ativo e passivo compensado forem diferentes.
- (D) a situação líquida ativa sempre existirá quando o ativo real for igual ao passivo real.
- (E) o total do ativo será diferente do total do passivo quando o ativo real for diferente do passivo real.

29. As receitas de **royalties** recebidas por Estados pela produção de petróleo ou gás natural e outros recursos minerais, são classificadas como receitas:

- (A) patrimoniais.
- (B) de concessões e permissões.
- (C) da indústria extrativa mineral.
- (D) da indústria de transformação.

(E) de transferências da União.

30. No que diz respeito à elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais, assinale a alternativa correta.

(A) O resultado patrimonial, quando deficitário, deve ser apresentado no mesmo lado da demonstração em que são relacionadas as variações passivas.

(B) As despesas de capital são apresentadas como mutações patrimoniais passivas.

(C) As superveniências ativas são apresentadas como mutações patrimoniais ativas.

(D) As variações ativas resultantes da execução orçamentária correspondem ao somatório das receitas orçamentárias e das mutações patrimoniais ativas.

(E) As insubsistências passivas são apresentadas como variações ativas dependentes da execução orçamentária.

31. Comprovar a legalidade e legitimidade e avaliar os resultados, quanto a economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nas unidades da administração direta e entidades supervisionadas da administração federal, bem como a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, compreende finalidade da (do):

(A) Contabilidade Governamental.

(B) Auditoria Governamental.

(C) Auditoria Governamental e do Controle Interno.

(D) Controle Interno.

(E) Controle Interno e Contabilidade Governamental.

32. Dentre os diversos tipos de Auditoria Governamental, encontramos aquele que objetiva o exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, sendo realizado para atender determinação do Presidente da República, Ministros de Estado ou por solicitação de outras autoridades. Após exame do texto podemos concluir que o tipo de auditoria em questão é a Auditoria:

(A) Operacional.

(B) Contábil.

(C) de Sistema.

(D) Especial.

(E) de Gestão.

33. Nos diversos demonstrativos contábeis aplicados à contabilidade pública, podemos extrair varias informações. Tomando por base um desses demonstrativos, podemos afirmar que o superávit financeiro que permitirá a abertura de créditos suplementares nos termos da lei é apurado em:

(A) balanço orçamentário.

(B) balanço patrimonial.

(C) balanço financeiro.

(D) balanço das variações patrimoniais.

(E) demonstração da execução da receita e despesa.

34. Um dos principais objetivos de um sistema de classificação orçamentária nos dias atuais é o de possibilitar a análise e a avaliação do ônus e benefícios dos programas de governo, bem como de estudar o impacto dos gastos públicos na economia. Em um regime democrático, o povo tem direito de saber o que fazem seus governantes, com os recursos públicos. O estabelecimento de classificações orçamentárias adequadas representa medida de suma importância na Administração Pública, pois sua estrutura possibilita a adoção de decisões em todo o processo orçamentário. Sobre as diversas classificações das receitas públicas utilizadas no Brasil, assinale a alternativa correta.

(A) As receitas originárias são obtidas dos particulares, envolvendo o patrimônio alheio e não o do próprio Estado. Esse grupo deriva do comando unilateral de vontade do Estado, em contraposição às Derivadas, onde a regra é a bilateralidade. São as rendas que o Estado colhe do setor privado, por ato de autoridade, no uso da supremacia estatal.

(B) A classificação por categorias econômicas, válida apenas para a União, Estados e os Municípios, tem como base as fontes econômicas geradoras da receita e permite a adoção de políticas de apoio e incentivos setoriais, assim como redistribuição de poupanças ociosas, buscando-se um equilíbrio mais estável na circulação da renda interna como suporte efetivo à política monetária, no que concerne aos financiamentos da atividade econômica.

(C) A integralização de capital social, o resultado do Banco Central do Brasil e a remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional são classificados como Operações de Crédito.

(D) O código de classificação de fontes de recursos é composto por quatro dígitos, sendo que o primeiro indica o grupo de fontes de recursos, e o segundo e terceiro a especificação das fontes de recursos e o quarto, situações particularizadas. O indicador de grupo de fontes de recursos identifica se o recurso é ou não originário do Tesouro Nacional e se pertence ao exercício corrente ou a exercícios anteriores.

(E) Aluguéis, arrendamentos, foros e laudêmios, taxa de ocupação de imóveis, juros de títulos de renda, dividendos, participações, remuneração de depósitos bancários, remuneração de depósitos especiais e remuneração de saldos de recursos não desembolsados são classificados como Receita Patrimonial, pois resultam da fruição de elementos patrimoniais.

35. Todas as pessoas, físicas ou jurídicas, públicas (inclusive o Poder Judiciário) ou privadas, que utilizam, arrecadam, guardam, gerenciam ou administram dinheiro, bens e valores públicos, estão sujeitas à prestação e tomada de contas pelo controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder. As prestações de Contas do Poder Executivo serão submetidas ao:

(A) Poder Legislativo, com parecer prévio do Banco Central.

(B) Poder Legislativo, com parecer prévio do Tribunal de Contas.

(C) Poder Judiciário, com parecer prévio do Poder Legislativo.

(D) Poder Judiciário, com parecer prévio do Tribunal de Contas.

(E) Ministério Público, com parecer prévio do Tribunal de Contas.

36. Dentre os recursos que o Estado auferir, temos as entradas que se incorporam definitivamente ao patrimônio e aquelas que são restituíveis no futuro. Constituem em ingresso financeiro que se incorpora definitivamente ao patrimônio público:

- (A) consignações.
- (B) retenções de terceiros.
- (C) receita tributária.
- (D) receita tributária, exceto imposto de renda retido na fonte.
- (E) recebimento de cauções em dinheiro.

37. A “Cia Bahia” adquiriu um veículo usado, que será utilizado em suas atividades operacionais. Considerando-se que a taxa de depreciação anual desse veículo é de 20%, e que o mesmo foi posto em funcionamento pela primeira empresa que o adquiriu por exatos três anos da data da compra pela “Cia Bahia”, a taxa de depreciação que poderá ser utilizada por esta última será de:

- (A) 50%.
- (B) 40%.
- (C) 20%.
- (D) 10%.
- (E) 25%.

38. Superveniências Passivas são variações patrimoniais:

- (A) resultantes da execução orçamentária, diminuindo o Passivo e aumentando a situação líquida patrimonial.
- (B) independentes da execução orçamentária, diminuindo o Ativo e aumentando a situação líquida patrimonial.
- (C) que não modificam a situação patrimonial.
- (D) independentes da execução orçamentária, aumentando o Passivo e diminuindo a situação líquida patrimonial.
- (E) independentes da execução orçamentária, diminuindo o Passivo e aumentando a situação líquida patrimonial.

39. Analise as afirmativas abaixo e, a seguir, assinale a alternativa correta.

- I. Autarquias são entidades, criadas por lei, dotadas de personalidade jurídica de direito público com patrimônio e receitas próprias, para executarem atividades típicas da Administração Pública.
- II. Empresas Públicas são entidades autônomas, não criadas por lei, dotadas de personalidade jurídica de direito privado, com participação do poder público e de particulares no seu capital.
- III. Sociedade de Economia Mista são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público, com participação do poder público e de particulares nos seus capitais e nas suas administrações, devendo a maioria das ações pertencer a entidades governamentais.

- (A) Somente a I está correta.
- (B) Somente a II está correta.
- (C) Somente a III está correta.
- (D) Somente a I e a III estão corretas.

(E) Todas estão corretas.

40. Um determinado cidadão estava inscrito em Dívida Ativa por um débito de R\$ 1.230,00. Quando quitou esse débito, pagando-o no Banco do Brasil, mesmo sem o saber, provocou um fato permutativo no órgão arrecadador da receita. Esse fato deve receber o seguinte lançamento contábil no Sistema Patrimonial:

- | | |
|--|---------------|
| (A) Dívida Ativa a Mutações Ativas | R\$ 1.230,00. |
| (B) Dívida Ativa a Mutações Passivas | R\$ 1.230,00. |
| (C) Bancos c/ Movimento a Dívida Ativa | R\$ 1.230,00. |
| (D) Mutações Ativas a Dívida Ativa | R\$ 1.230,00. |
| (E) Mutações Passivas a Dívida Ativa | R\$ 1.230,00. |

41. Em relação às informações que podem ser colhidas de um Balanço Orçamentário, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O resultado orçamentário do exercício corresponde à diferença entre a receita e a despesa realizadas.
- (B) O excesso de arrecadação corresponde à diferença positiva entre a receita realizada e a receita prevista.
- (C) A economia orçamentária corresponde à diferença negativa entre a despesa realizada e a despesa fixada.
- (D) A despesa realizada superior a fixada pode ser justificada com o aumento da demanda de serviços a serem prestados ao cidadão.
- (E) As despesas fixadas devem ser apresentadas de tal modo que seja possível identificar os créditos adicionais.

42. As afirmações abaixo foram extraídas da legislação básica, das diretrizes normativas e dos textos concernentes à Contabilidade Pública e sua aplicação,. Assinale a alternativa que não expressa a verdade.

- (A) A Dívida Ativa, na verdade, não é uma dívida, é um direito de receber. É formada de valores devidos à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal os quais, na data fixada para o seu pagamento, não foram liquidados pelo devedor.
- (B) O valor inscrito no exercício como restos a pagar, embora caracterize uma dívida passiva no Balanço Patrimonial, figura no Balanço Financeiro como receita extra-orçamentária.
- (C) Os compromissos contraídos pela unidade pública são incluídos no Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial e constituem toda a chamada Dívida Passiva, a qual se divide em dívida fundada e em dívida flutuante.
- (D) Quando o valor inscrito em restos a pagar for menor que o valor real a ser pago, a diferença deverá ser empenhada em categoria econômica própria como despesa de exercício anterior.
- (E) Os Sistemas Contábeis existentes na Contabilidade Pública são: Orçamentário, Financeiros, Patrimoniais e de Compensação.

43. Acerca da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), prevista no parágrafo 2º do artigo 165 da Constituição Federal, é incorreto afirmar:

- (A) estabelece as metas e prioridades da administração pública federal.
- (B) define as metas de despesas de capital para o exercício subsequente.
- (C) dispõe sobre as alterações na legislação tributária.
- (D) estabelece a política de aplicação de agências financeiras oficiais de fomento.

(E) contém demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

44. A tabela abaixo apresenta a estrutura do Balanço Patrimonial, na forma como vem sendo apresentado pela União em seus demonstrativos:

| ATIVO | PASSIVO |
|--|--|
| ATIVO FINANCEIRO | PASSIVO FINANCEIRO |
| Disponível | Restos a Pagar |
| Créditos em Circulação | Processados |
| | Não Processados |
| ATIVO NÃO FINANCEIRO (PERMANENTE) | Retenção de Terceiros |
| Circulante (menos o financeiro) | Previdência Social |
| Realizável a Longo Prazo | Pensão Alimentícia |
| Ativo Permanente | Impostos Federais |
| | Impostos Estaduais |
| ATIVO REAL (AF + ANF) | Impostos Municipais |
| | Consignações Diversas |
| ATIVO COMPENSADO | PASSIVO NÃO FINANCEIRO (PERMANENTE) |
| Responsabilidade por Tít. Valores e Bens | Circulante |
| Cauções | Provisões |
| Consignações | Operações de Crédito |
| Depósitos Judiciais | Exigível a Longo Prazo |
| Comodato de Bens | Operações de Crédito |
| Mercadorias Apreendidas | Resultado de Exercícios Futuros |
| Diversos Responsáveis | |
| Garantias | PASSIVO REAL (PF + PNF) |
| Avais | PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
| Fianças | Patrimônio |
| Hipotecas | Capital |
| Seguros | Reservas |
| Direitos e Obrigações Conveniadas | Resultado Acumulado |
| Convênios | |
| Direitos e Obrigações Contratuais | PASSIVO COMPENSADO |
| Contratos | (contrapartida do ativo compensado) |
| Empréstimos | |

Há incorreção quando:

(A) estão incluídos o Ativo e o Passivo Compensado, que, por tratarem-se de fatos potenciais, não afetam o patrimônio e, portanto, não constam desse demonstrativo.

(B) traz a conta Resultado Acumulado uma vez que o poder público não objetiva o lucro.

(C) entre o Passivo Financeiro aparecem as Retenções de Terceiros.

- (D) entre o Passivo Financeiro não aparecem os Depósitos de Terceiros.
- (E) entre o Passivo Financeiro não aparecem discriminados os déficits referentes aos Créditos Extraordinários.

45. De acordo com os dispositivos constantes da Lei nº 4.320 / 64, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O regime contábil adotado para as despesas públicas é o de competência.
- (B) O superávit do orçamento corrente é considerado receita corrente.
- (C) O regime contábil adotado para as receitas públicas é o de caixa.
- (D) A Lei Orçamentária não pode incluir operações de crédito por antecipação de receita.
- (E) O pagamento a inativos e pensionistas é classificado como transferência corrente.

46. De acordo com o Decreto nº 93.872 / 86, não integra(m) a dívida flutuante:

- (A) restos a pagar, excluídos os serviços da dívida.
- (B) serviços da dívida.
- (C) dívida mobiliária.
- (D) depósitos.
- (E) papel-moeda.

ANULADO

47. Na aplicação dos testes substantivos, o auditor deve objetivar as seguintes conclusões, exceto:

- (A) existência – se o componente patrimonial existe em certa data.
- (B) mensuração – se todas as transações estão registradas.
- (C) direitos e obrigações – se efetivamente existentes em certa data.
- (D) ocorrência – se a transação de fato ocorreu.
- (E) contagem de caixa.

48. A Administração Pública em sentido material, é o conjunto coordenado de funções que visam à boa gestão da res pública, possibilitando que os interesses da sociedade sejam alcançados. As entidades listadas a seguir são abrangidas pelo campo de aplicação da Contabilidade Pública, exceto:

- (A) o Supremo Tribunal Federal.
- (B) os Tribunais de Contas.
- (C) as empresas estatais dependentes de recursos do orçamento federal.
- (D) as Câmaras Municipais.
- (E) as empresas controladas pelo Poder Executivo, que dele não dependam financeiramente.

49. Com relação aos balanços e à demonstração das variações patrimoniais, é incorreto afirmar:

- (A) o balanço orçamentário demonstrará as receitas previstas e as despesas fixadas, em confronto com as realizadas.
- (B) o balanço financeiro demonstrará apenas a despesa e receitas orçamentárias realizadas, conjugadas com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os saldos que se transferem para o exercício seguinte.
- (C) as despesas não pagas que foram computadas no balanço orçamentário e figuram também na demonstração das variações patrimoniais, não provocarão alterações no saldo disponível, anulando-se o seu efeito por inclusão simultânea nas colunas da receita e da despesa do balanço financeiro.

- (D) o passivo permanente do balanço patrimonial compreende as dívidas fundadas e outras que dependem de autorização legislativa para amortização e resgate.
- (E) A demonstração das variações patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

50. A tabela abaixo apresenta a estrutura do Balanço Financeiro, nos moldes daqueles apresentados pela União em seus demonstrativos:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Receitas Orçamentárias
Interferências Ativas

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Restos a Pagar (Contrapartida de despesa)
Serviço da Dívida a Pagar (Contr. da despesa)
Retenção de Terceiros (Receb. do Exercício)
Depósitos de Terceiros (Receb. do Exercício)

SALDO DISPONÍVEL ANTERIOR

Caixa
Bancos
Aplicações Financeiras

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Despesas orçamentárias
Interferências Passivas

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Restos a Pagar (Pagamentos)
Serviço da Dívida a Pagar (Pagamentos)
Retenção de Terceiros (Devoluções)
Depósitos de Terceiros (Devoluções)

SALDO DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

Caixa
Bancos
Aplicações Financeiras

Com base nas informações acima, assinale a alternativa que aponta erro na elaboração do Balanço Financeiro.

- (A) Os Saldos Disponíveis Anterior e para o Exercício seguinte estão colocados nas colunas erradas.
- (B) Não aparecem as contas de Interferências Ativas e Interferências Passivas entre as receitas e despesas extra-orçamentárias.
- (C) Entre as despesas orçamentárias aparecem as Interferências Passivas.
- (D) Entre as despesas extra-orçamentárias aparece a conta denominada Restos a Pagar (Pagamentos).
- (E) Entre as despesas não aparecem discriminadas as referentes aos Créditos Extraordinários.

2ª QUESTÃO**DÊ O QUE SE PEDE**

2,000 pontos distribuídos em 2 itens

RESPONDA NO CADERNO DE RESPOSTAS ANEXO:

1. Ao final de um exercício financeiro qualquer, certa unidade orçamentária apresentou, em seu balanço orçamentário, um superávit orçamentário de R\$ 10,00 e um déficit de capital de R\$ 50,00. Sabendo que as receitas correntes previstas e arrecadadas totalizaram, respectivamente, R\$ 150,00 e R\$ 175,00, e que as receitas de capital previstas e arrecadadas totalizaram, respectivamente, R\$ 45,00 e R\$ 30,00, calcule e demonstre os valores correspondentes as despesas correntes e de capital realizadas.
2. Determinado Estado teve o seguinte Orçamento aprovado para o exercício de 2005:

| RECEITA | | DESPESA | |
|--------------|-------------------|--------------|-------------------|
| DESCRIÇÃO | VALOR | DESCRIÇÃO | VALOR |
| Corrente | R\$ 200,00 | Corrente | R\$ 150,00 |
| Capital | R\$ 100,00 | Capital | R\$ 150,00 |
| TOTAL | R\$ 300,00 | TOTAL | R\$ 300,00 |

A entidade apresentava no início do exercício de 2005, os seguintes saldos:

Banco – R\$ 200,00
Imóveis – R\$ 400,00
Restos a pagar – R\$ 100,00
Ativo real líquido – R\$ 500,00

Durante o exercício foram efetuados as seguintes transações em R\$:

- a) Pagamento de despesa corrente: pessoal.....R\$ 100,00
b) Pagamento de despesa referente à compra de bem móvel: veículo.....R\$ 20,00
c) Recebimento de receita tributária.....R\$ 240,00
d) Recebimento de receita relativa à venda de bem imóvel.....R\$ 60,00

Pede-se:

- 1) Resultado Orçamentário do Exercício; e
2) Resultado econômico.

FINAL DA PROVA